

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS EaD

LUCIANE FERNANDES RODRIGUES

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, ENSINO DE SOCIOLOGIA E NOVO ENSINO
MÉDIO: Estereótipos, embranquecimento e presenças negras em livros
didáticos (2012-2021)**

Tramandaí, RS

2023

LUCIANE FERNANDES RODRIGUES

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, ENSINO DE SOCIOLOGIA E NOVO ENSINO
MÉDIO: Estereótipos, embranquecimento e presenças negras em livros
didáticos (2012-2021)**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como requisito para
aprovação do título de Licenciada em
Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Profa. Dra. Carla Beatriz
Meinerz

Coorientação: Profa. Ms. Natana Alvina
Botezini

Tramandaí, RS

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Luciane Fernandes
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, ENSINO DE SOCIOLOGIA E NOVO
ENSINO MÉDIO: Estereótipos, embranquecimento e
presenças negras em livros didáticos (2012-2021) /
Luciane Fernandes Rodrigues. -- 2023.
49 f.
Orientadora: Carla Beatriz Meinerz.

Coorientadora: Natana Alvina Botezini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Ciências Sociais,
Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. Ensino de sociologia. 2. Educação das relações
étnico-raciais. 3. Livros didáticos. 4.
Embranquecimento cultural. I. Meinerz, Carla Beatriz,
orient. II. Botezini, Natana Alvina, coorient. III.
Título.

LUCIANE FERNANDES RODRIGUES

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, ENSINO DE SOCIOLOGIA E NOVO ENSINO
MÉDIO: Estereótipos, embranquecimento e presenças negras em livros
didáticos (2012-2021)**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como requisito para aprovação
do título de Licenciada em Ciências Sociais
pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovado em: 30 de janeiro de 2023.

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Carla Beatriz Meinerz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Olavo Ramalho Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Sílvia Lima de Aquino
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Àqueles que compartilharam os seus conhecimentos comigo, meus honoráveis professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial, à professora Dra.^a Carla Beatriz Meinerz, minha orientadora, a quem não só agradeço, mas também dedico todo o meu respeito e minha admiração; à professora Natana Alvina Botezini, minha coorientadora; ao professor Dr. Daniel Gustavo Mocelin, ao professor Dr. Leandro Raizer e ao professor Dr. Olavo Ramalho Marques, Coordenador do curso, incansáveis em suas atribuições... a todos os demais que não mediram esforços para o nosso aprendizado.

Aos colegas, que se mantiveram de mãos estendidas ao longo do curso.

A Deus.

Ao meu pai, *in memoriam*, José Ariovaldo da Rosa Fernandes (meu DNA), à minha mãe Rosa Maria da Conceição Fernandes (minha razão), aos meus filhos, Pedro Fernandes Rodrigues e Tiago Fernandes Rodrigues (meu ar), ao meu marido, Hermes Roberto Ferreira Rodrigues (meu coração), à minha avó materna, *in memoriam*, Maria da Glória Silva Dutra (meu “barro”) e a todos os meus antepassados, os quais carrego no meu nome, na minha pele, no meu coração e na minha alma.

Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira.

(FREIRE, 1987, p. 82)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais tem como objetivo analisar as imagens de pessoas negras representadas nos livros didáticos de Sociologia/Ciências Humanas, a partir da política estatal do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), entre 2012 e 2021, considerando as exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). A metodologia segue a perspectiva qualitativa da pesquisa social, com o método de análise de conteúdo, tendo como fonte documental os livros didáticos. O critério para escolha dos livros que delimitaram a amostragem investigativa é o fato de serem parte de coleções recebidas numa escola pública estadual localizada num pequeno município da região centro serra rio-grandense. A partir da produção de dados destacam-se duas categorias analíticas: presença negra com rompimento de estereótipos e presença negra com embranquecimento cultural. O referencial teórico tem base em autores brasileiros do campo das Ciências Humanas, como Abdias Nascimento, Florestan Fernandes e Silvio Luiz de Almeida, coadunados com o texto que dá base às DCNERER. Apresenta-se como resultado do estudo a validação de que os livros didáticos ainda estão a serviço de uma estrutura racista, tanto na sua produção como artefato cultural, quanto no seu uso na instituição escolar. Comparativamente, considera-se que os livros didáticos estão num processo lento de transformação, de acordo com as novas propostas curriculares, mas que o espaço reservado à temática racial ainda é pequeno ou marcado pela perspectiva embranquecedora das pessoas negras, por vezes estereotipadas através de imagens de exaltação de personagens individuais mais no campo da cultura artística do que do movimento de construção do pensamento intelectual.

Palavras-chave: Ensino de sociologia; Educação das relações étnico-raciais; Livros didáticos; Embranquecimento cultural.

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) en Ciencias Sociales tiene como objetivo analizar las imágenes de personas negras representadas en los libros didácticos de Sociología/Ciencias Humanas, a partir de la política estatal del Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD), entre 2012 y 2021, teniendo en cuenta los requisitos establecidos por las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales y para la Enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileña y Africana (DCNERER). La metodología sigue la perspectiva cualitativa de la investigación social, con el método de análisis de contenido, teniendo como fuente documental los libros didácticos. El criterio de elección de los libros que delimitaron la muestra investigativa es el hecho de que forman parte de colecciones recibidas en una escuela pública estatal situada en un pequeño municipio de la región central de la sierra riograndense. A partir de la producción de datos se destacan dos categorías analíticas: presencia negra con ruptura de estereotipos y presencia negra con blanqueamiento cultural. La referencia teórica se basa en autores brasileños en el campo de las Ciencias Humanas, como Abdias Nascimento, Florestan Fernandes e Silvio Luiz de Almeida, en línea con el texto que sustenta las DCNERER. Se presenta como resultado del estudio la validación de que los libros didácticos aún están al servicio de una estructura racista, tanto en su producción como artefacto cultural, como en su uso en la institución escolar. Comparativamente, se considera que los libros de texto se encuentran en un lento proceso de transformación, de acuerdo a las nuevas propuestas curriculares, pero que el espacio reservado a los temas raciales es aún pequeño o está marcado por la perspectiva blanqueadora de las personas negras, en ocasiones estereotipada a través de imágenes de exaltación de personajes individuales más en el campo de la cultura artística que en el movimiento de construcción del pensamiento intelectual.

Palabras clave: Enseñanza de sociología; Educación de las relaciones étnico-raciales; Libros didácticos; Blanqueamiento cultural.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Carregadores de café a caminho da cidade - Debret, 1826 | 38 |
| Figura 2 - Castigos impostos aos negros..... | 39 |
| Figura 3 - Retrato de André Rebouças..... | 40 |
| Figura 4 - Músico Criolo durante entrevista em 2014 | 41 |
| Figura 5 - Rapper Emicida em escola pública, São Paulo, 2015 | 41 |
| Figura 6 - Ex-ministro Joaquim Barbosa..... | 42 |
| Figura 7 - A Redenção de Cam, 1895 | 44 |
| Figura 8 - Família brasileira de 1900..... | 44 |
| Figura 9 - A família, 1925..... | 45 |
| Figura 10 - Um jantar brasileiro, 1827..... | 47 |

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| DCNERER | Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana |
| ERER | Educação Antirracista ou Educação das Relações Étnico-Raciais |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases Nacionais |
| MEC | Ministério da Educação |
| OSPB | Organização Social e Política do Brasil |
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | ESCOLHAS DE PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO .. | 19 |
| 2.1 | QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS E PRODUÇÃO DE DADOS | 21 |
| 2.1.1 | Objetivo geral | 21 |
| 2.1.2 | Objetivos específicos | 21 |
| 2.1.3 | Hipóteses | 21 |
| 2.2 | REVISÃO DE LITERATURA: AS REPARAÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO EDITADO NO LIVRO DIDÁTICO | 24 |
| 3 | LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: ESTEREOTIPIAS, EMBRANQUECIMENTO E PRESENCAS NEGRAS | 29 |
| 3.1 | TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO DE SOCIOLOGIA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO: PNLD, BNCC, NOVO ENSINO MÉDIO E COMPROMISSOS COM A ERER..... | 30 |
| 3.2 | PRESENÇA NEGRA COM ROMPIMENTO DE ESTEREOTIPIAS | 37 |
| 3.3 | PRESENÇA NEGRA COM EMBRANQUECIMENTO CULTURAL..... | 42 |
| 4 | CONCLUSÃO | 46 |
| | REFERÊNCIAS | 48 |

1 INTRODUÇÃO

Eu sou uma mulher negra. Diriam os meus antepassados: negra-preta. E é assim que eu lembro de minha avó materna, menos preta que eu, uma mistura de índia, negra e portuguesa, não necessariamente nesta ordem, que me dizia “Minha filha, tem que branquear a raça!”, embora ela tivesse medo de que eu “me perdesse”. Na verdade, ela era orgulhosa demais para permitir que, além da minha honra, perdêssemos também a nossa raça e a nossa cor. Havia nela uma forte postura político-social inconsciente, inata, comparada apenas ao tamanho da violência colonial e embranquecedora por ela experimentada, afinal, ainda que tenha nascido depois da abolição, em 1906, fora tratada como escrava até a adolescência. Então, eu não aprendi essa expressão na escola. Na escola era o silêncio. O silêncio é um outro tipo de política embranquecedora, ele nos obriga a adotar outro comportamento, ele quer a adesão, é o branqueamento cultural segundo o qual eu deveria negar as minhas raízes, a minha negritude. Isto, sim, seria uma desonra.

Por outro lado, também lembro de minha avó paterna, filha de mulher negra-preta com homem pardo, quase branco, que, por sua vez, casou-se com homem branco, provavelmente de origem portuguesa, e teve com ele treze filhos, apenas quatro pretos, um deles o meu pai. Neste lado da família, o branqueamento foi além da teoria e se parece bastante com o quadro de Modesto Brocos y Gómez, "A Redenção de Cam", de 1895. Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural (A REDENÇÃO DE CAM, 2020, *on-line*), “a tela A Redenção de Cam, de Modesto Brocos (1852-1936), ainda hoje suscita polêmicas, sobretudo no que se refere a sua recorrente utilização como ilustração em teses favoráveis ao branqueamento da população brasileira”.

Geneticamente, fica fácil imaginar que hoje os bisnetos de minha avó paterna são quase todos brancos, exceto os meus filhos. Se tudo tivesse saído como o planejado, talvez hoje a população brasileira não se declarasse 52% preta ou parda. Talvez hoje eu não estivesse aqui defendendo este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que expressa minha própria trajetória de vida e ancestralidade.

Para entendermos melhor esse processo que entrecruza minha história de vida com a história da diáspora africana no Brasil, precisamos voltar ao início do séc. XX, quando o Estado brasileiro apresentou à Europa o seu projeto de

branqueamento ou embranquecimento da população, no primeiro Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres em 1911. Tal congresso discutia a relação entre raça e desenvolvimento econômico, e o Brasil precisava se apresentar em conformidade com as teorias da época. Na ocasião, o país foi representado por João Baptista de Lacerda, médico e antropólogo, segundo o qual a população negra brasileira seria extinta em cem anos. Com uma cópia da obra "A Redenção de Cam" embaixo do braço, Lacerda argumentou que a miscigenação entre negros e europeus "limparia" o sangue e melhoraria as características da população brasileira, dando origem a um povo de padrão europeu: mais saudável, mais bonito e mais inteligente. Tal prática ficou conhecida na Europa como "tese eugenista", adaptada às nossas condições, recebeu o nome de "tese do branqueamento", que só não se concretizou totalmente, entre outras razões, porque havia por aqui mulheres como a minha avó materna.

Mais tarde, em 1977, Abdias Nascimento, durante o Segundo Festival de Artes e Culturas Negras (2º FESTIVAL MUNDIAL DE ARTE E CULTURA NEGRA E AFRICANA, 2022), em Lagos, na Nigéria, apresentou ao mundo o que chamou de "genocídio do negro brasileiro", afrontando e questionando o "mito da democracia racial", teoria amplamente defendida no Brasil, que encontra em "Casa-Grande e Senzala", de Gilberto Freyre, 1933, o reflexo perfeito de um país construído com base no encontro (nada) harmonioso desses dois polos raciais. Assim, superada a tentativa de branquear a população, e embranquecer também a cultura, a ideia agora é calar essa população, isto é, convencê-los de que o seu problema não é racial, mas social. Tal silenciamento foi apresentado como epistemicídio na obra de Abdias Nascimento (2016). Nascimento (2016) apresentou ao mundo sob que condições se fazia essa pseudo democracia: inicialmente com o estupro da mulher negra escravizada, estivesse ela na casa-grande ou na senzala, o que descaracterizava a harmonia entre as relações; depois, matando o homem negro escravizado nas inúmeras fugas, nos Quilombos (ou nas favelas); ou ainda, coibindo o exercício da sua religião e a prática da Capoeira (ambos proibidos por lei), bem como a prática da sua língua; e, atualmente, apagando a sua história dos livros didáticos.

É sobre esse apagamento racial ainda presente nos livros didáticos, inclusive de Sociologia, que desejo compor minha análise no estudo aqui apresentado. O livro didático é um artefato cultural e, portanto, expressa as crenças compartilhadas

social e academicamente. Ao mesmo tempo, o livro didático é parte do currículo a ser ensinado, pois trata-se da edição oficial do que deve ser trabalhado no cotidiano das instituições escolares. E o que se quer ensinar?

Mas, se hoje submetemos as imagens das pessoas negras ao *photoshop*, para afinar o nariz, por exemplo, houve um tempo em que fotos de homens negros de relevância social eram submetidas a um clareamento pela imprensa oficial. O que aconteceu, por exemplo, com o escritor Machado de Assis, tanto na ilustração da cédula de 1.000 cruzados, em 1987, quanto nos livros de Literatura. Afinal, como explicar à sociedade brasileira que o maior nome da sua Literatura brasileira, nome este conhecido e reverenciado mundialmente, era negro? Melhor maquiá-lo. Desta forma, e por muito tempo, apagou-se, não só a positividade, mas também a importância da história e da cultura do povo negro das narrativas sociais cotidianas e, conseqüentemente, da Educação brasileira. Menciono Machado de Assis, porque na Literatura ele é indispensável, mas vários outros nomes de negros ilustres foram apagados dos livros didáticos, principalmente nos de História. Conforme Abdias Nascimento (2016, p. 113), “o sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural”. Inadmissível seria oferecer aos poucos alunos pretos em sala de aula, na época, tamanho exemplo de representatividade. Ao mesmo tempo seria ofensivo aos demais alunos que um nome tão expressivo da Literatura brasileira não fosse branco. O silêncio, ou tabu, não era só na escola, era na Educação. E eu, única negra naquela sala de aula, olhava perplexa aquelas imagens: se Machado de Assis, o maior escritor brasileiro era preto, não somos, afinal, tão ruins assim.

Mas naquela época também não existiam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) que temos hoje e que resultaram da inteligência, sagacidade e luta de pessoas e agremiações negras, aqui representadas pela lembrança de minha avó materna. São essas Diretrizes, herdeiras da homologação da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2018), que cria o artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBEN), as que são capazes de propor uma transformação curricular profunda no que deve ser ensinado nas escolas, construindo um caminho de verdade para a história nacional, em geral, e para o povo negro e indígena, em específico. O ensino de Sociologia está sob a obrigação de tais Diretrizes Curriculares e seria intolerável que os livros didáticos dessa área

do conhecimento não contribuíssem para a correção de tamanhas injustiças sociais. Nesse sentido, o presente trabalho visa certificar-se de que a política do branqueamento não se faz mais presente na educação como um todo, mas, além disso, que os livros didáticos de Sociologia, através das imagens de pessoas negras escolhidas para ilustrar a nossa sociedade, procurem corrigir os estereótipos, bem como estabelecer novos padrões.

O presente TCC de Licenciatura em Ciências Sociais se dedica à análise de livros didáticos de Sociologia, observando coleções recebidas no período de 2012 a 2021 numa escola pública estadual localizada num pequeno município da região centro serra rio-grandense. Embora o município seja pequeno, este representa apenas um dos muitos em que os mesmos livros foram adotados e com os quais inúmeros alunos foram ensinados nos últimos anos. A escolha dos livros didáticos para o trabalho foi feita no espaço escolar em que, não só eu fiz o estágio de Sociologia/Ciências Sociais, durante o segundo semestre de 2022, mas também onde eu já trabalho como professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio há 3 anos. Aliás, sou professora estadual há 24 anos e tenho feito da minha sala de aula o meu lugar de resistência. A educação antirracista, para mim, não é um projeto pontual determinado pela Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003). Tem sido o projeto da minha vida, enquanto educadora negra engajada nas lutas contra o racismo, desde o momento em que entro em sala de aula. Mesmo nessa escola pequena, ou principalmente nessa. Única escola de ensino médio da cidade, com pouco mais de 155 alunos, divididos em seis turmas, três à tarde e três à noite, é no turno da tarde que estão as turmas mais numerosas, com público oriundo de distintas classes sociais e raças. A economia local gira em torno do agronegócio e do pequeno agricultor de fumo, desta forma, a maior parte dos nossos alunos é do interior e de origem alemã ou italiana. Não há na cidade a presença de uma comunidade negra, marcada por agremiações, sociedades recreativas, rodas de capoeira ou terreiros de Candomblé. Já quanto ao número de alunos negros, temos 16 alunos pardos e 7 alunos pretos autodeclarados, conforme relatório da escola. Quanto às professoras, somos 15; negra, apenas eu. Como o número de alunos pretos e pardos não chega a 20%, há professores que consideram as DCNERER um exagero. E é nesse sentido que se faz ainda mais necessário que os livros didáticos sejam antirracistas. A escola é um segmento da sociedade que reproduz o racismo estrutural, os alunos negros precisam de políticas públicas e de material didáticos que lhes assegurem a

permanência em um espaço escolar com menos estereótipos e mais representatividade. Não dá para esperar que mude o quadro de professores. Além disso, a educação antirracista é para que, futuramente, tenhamos uma sociedade em que uma pessoa branca não se recuse a tomar vacina da mão de um enfermeiro preto, por exemplo.

Não dá para mudar o quadro de professores, ou a cor da sala de professores, mas já não somos tão poucas. As várias formas de acesso à universidade têm contribuído para colocar mais mulheres negras na educação. Eu fui a primeira da minha família, mas não sou mais a única. Sou formada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e quando passei no vestibular, em 1991, em uma turma de 50 alunos, éramos 4, talvez 5, se considerarmos pretos e pardos; mas em janeiro de 1995, quando me formei, eu era a única negra. A única professora negra nas escolas por onde passei, eu não poderia ser cúmplice do racismo estrutural e institucional do qual fui vítima, nem compactuar com o embranquecimento cultural que, se não nos branqueou, nos invisibilizou. Estudar Ciências Sociais, ser professora de Sociologia é fazer da minha sala de aula agora, mais do que um espaço de resistência, um espaço de desnaturalização e de desconstrução de estereótipos para o qual se faz necessário, além de outros recursos, o uso de livros didáticos, objeto deste estudo.

Antes, entretanto, vale levantar algumas considerações sobre o livro didático.

Para este estudo, metodologicamente, optei por realizar uma análise de abordagem qualitativa no campo das Ciências Humanas, dedicando-me à análise documental. Os documentos analisados são livros didáticos de Sociologia, avaliados pelo PNLD do Ensino Médio, a partir de 2012. Tais livros foram escolhidos por se tratar de material distribuído gratuitamente a partir da política estatal de distribuição de livros para o Ensino Médio pelo PNLD. Temporalmente optei por analisar livros didáticos a partir de 2012 até o Novo Ensino Médio, implantado em 2022, com material didático já adaptado para essa reforma curricular. A minha busca se faz no sentido de analisar se as imagens de negros e negras escolhidos para ilustrar os livros de Sociologia, no período mencionado, considerando se houve rompimento com as estereotipias e os projetos de embranquecimento da população negra brasileira.

O TCC está organizado em quatro capítulos, iniciando pela Introdução que ora encerro, onde demonstrei as motivações que justificam a escolha do tema,

assim como apresento um anúncio da forma como o desenvolvi a partir das escolhas teóricas e metodológicas que realizei ao longo do estudo. A seguir, no capítulo dois, destaco as opções teóricas e metodológicas, com as questões e objetivos de pesquisa, igualmente uma breve revisão de literatura sobre o tema da Educação Antirracista. Destaco que o tema afeta a mim, como licencianda das Ciências Sociais e mulher negra, contudo é indispensável às futuras gerações. No capítulo três realizo a análise propriamente dita, destacando as presenças e ausências das pessoas negras nos livros didáticos utilizados para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, dentro do contexto das Ciências Humanas, observando que há muitos desafios e compromissos a serem reparados ou assumidos dentro da comunidade educativa que passo a integrar como docente em Ciências Sociais. Finalizo justamente com as conclusões que destacam tais desafios da prática docente trazidos pela análise empreendida. A argumentação do trabalho visa responder à questão central inicialmente apresentada da seguinte forma: Como os livros didáticos de Sociologia, no Ensino Médio, estão atendendo as exigências estabelecidas pelas DCNERER, no sentido de desnaturalizar os estereótipos construídos a respeito do negro no Brasil?

A seguir apresento as escolhas metodológicas do TCC.

2 ESCOLHAS DE PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

O presente estudo foi realizado a partir da escolha do tema acerca da presença estereotipada e embranquecedora das representações de pessoas e comunidades negras nos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio, a partir de 2012, ano em que se apresenta o primeiro PNLD específico para tal componente disciplinar.

Antes, entretanto, preciso situar esse tema na minha vida, na condição de aluna negra, desde os anos finais do, então, 1º grau. Dessa época, trago algumas recordações bastante significativas que falam do racismo, mas também do sentimento de invisibilidade e desconforto que eu sentia diante das ilustrações dos livros de História principalmente, dentre elas as obras do pintor francês Jean-Baptiste Debret, retratando o que ele considerava como "cenas pitorescas". Debret chegou ao Brasil por volta de 1816, a convite do rei Dom João VI, para fazer parte da missão de artistas e intelectuais franceses que "pintaria" o Brasil para o mundo ver. Não era um grande artista em seu país, mas era um pintor histórico neoclássico de qualidade e através do seu trabalho conseguimos remontar aos costumes do Brasil Colônia. O pintor voltou para a Europa, e seus trabalhos, centenas entre desenhos e telas, retornaram ao Brasil décadas depois (1940), e dão conta de uma versão açucarada, maquiada, do convívio entre brancos e negros nesse período. Segundo Sandra Pesavento (2007, p. 4),

[...] Jean-Baptiste Debret deixou muitos registros do cotidiano da vida nesta cidade onde os negros assumiram o papel de principais personagens, surpreendidos muitas vezes no contrafluxo da expectativa presente na ordem escravocrata, onde o negro é mercadoria e força de trabalho por excelência. Debret registrou o duro trabalho dos escravos, nas suas múltiplas variantes, e também os castigos e suplícios aplicados, mas paralelamente a estas cenas, captou muito mais das sensibilidades em jogo do Brasil tropical. Outras se exibem, a registrar momentos de lazer, hábitos da época e da vida nas ruas, tipos físicos, cenas de sedução, formas de trajar, práticas religiosas e festivas.

É evidente que entendemos o objetivo de Dom João ao contratar o pintor, no sentido de que ele deve ter deixado nítido que imagem do Brasil e das relações de "trabalho" entre brancos e negros ele gostaria de transmitir pela imagem. Mas para mim, aluna negra cursando a 7ª ou a 8ª série, na década de 1980, tais imagens surtiam um efeito devastador, assim como, tenho certeza, nos demais alunos negros. O quadro "O Jantar no Brasil" (Debret, 1827) retrata uma cena em que uma

família branca (homem e mulher bem vestidos, sentados a mesa farta) alimenta duas crianças negras, como se fossem animais domésticos. Essa cena retratada no século XIX ainda se repetia nos lares brasileiros no final do século XX. Filha de uma mulher negra empregada doméstica, aquela era uma mensagem dirigida a mim, que mostrava o meu lugar na história brasileira, e falava sobre o lugar que eu deveria ocupar. Isto ficou nítido para mim, e até hoje parece que era igualmente evidente para todos os demais, a começar pela professora. Há estudos, como de Eliane Cavalleiro (2003), que expressam situações de um silenciamento branco, por parte do professorado e das famílias do alunado, conivente com experiências de dor e preconceito racial.

Voltando a Abdias Nascimento (2016), retomo o fato de que os livros didáticos estão a serviço de uma estrutura racista, portanto de um status, que se quer conservar. Eis a minha motivação no desenvolvimento do presente estudo, qual seja, analisar que mensagem as imagens de pessoas negras representadas nos livros didáticos, nesse caso, de Sociologia querem transmitir. Que discurso tais imagens reverberam agora, em pleno século XXI? A velha ideologia de um governo colonial, branco e eurocêntrico? Ou, progressivamente, existe uma mudança no discurso, a partir das DCNERER, a ser implementada também no Novo Ensino Médio?

Nesse sentido, foi realizado um estudo de abordagem qualitativa no campo da pesquisa em Educação. Compreendendo a pesquisa qualitativa como aquela que se dedica ao tratamento em profundidade de questões focadas e particulares. Tais investigações dão respostas ou apontamentos para questões singulares e se preocupam, no campo das ciências sociais, com dados produzidos socialmente e que não podem ser quantificados (MINAYO, 2001). Ou seja, ela trabalha com o universo de significações e representações culturais que envolvem o tema a ser refletido. No caso de meu estudo, trata-se de qualificar a abordagem acerca do que os livros didáticos apresentam em termos de rompimento com estereótipos presentes no cotidiano da cultura brasileira, marcada pelo racismo e pela racialização das relações individuais e coletivas. Assim a educação do povo negro e as demandas históricas, bem como as políticas públicas recentemente construídas a partir da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003) e os compromissos do ensino de Sociologia, através da publicação de livros didáticos para o estudo de seus temas e

conhecimentos específicos, fazem-se preponderantes no combate às práticas racistas do sistema.

2.1 QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS E PRODUÇÃO DE DADOS

Para tratar o tema da presença das pessoas e comunidades negras nos manuais de ensino de Sociologia, construí a seguinte questão de pesquisa: Como os livros didáticos de Sociologia, no Ensino Médio, estão atendendo as exigências estabelecidas pelas DCNERER, no sentido de desnaturalizar os estereótipos construídos a respeito do negro no Brasil?

2.1.1 Objetivo geral

Verificar se nos livros didáticos de Sociologia/Ciências Humanas, entre 2012 e 2021, as imagens escolhidas para a representação do negro na cultura brasileira ainda enfatiza a exploração e os castigos físicos presentes durante a escravização, compactuando com a estereotipia e o embranquecimento cultural, ou se passou a dar ênfase à importância do povo negro para a construção da nação brasileira, através de imagens que demonstrem resistência e crescimento, considerando as exigências estabelecidas pelas DCNERER.

2.1.2 Objetivos específicos

1. Identificar no material didático utilizado no Ensino Médio se há novos exemplos de representação do povo negro que contribuam para uma proposta de educação antirracista;
2. Avaliar se as mudanças nos livros didáticos, particularmente de História e Sociologia, atendem às propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio, no que diz respeito às DCNERER.

2.1.3 Hipóteses

De forma geral, os livros didáticos estão a serviço de uma estrutura racista, tanto na sua produção como artefato cultural, quanto no seu uso na instituição escolar. Considerou-se provável que os livros didáticos estejam de acordo com as

novas propostas curriculares, mas que o espaço reservado ao assunto ainda seja pequeno ou marcado pelas estereotípias. Para responder a esses objetivos optei por produzir dados centralmente a partir do método da análise documental coadunada com análise de conteúdo.

Segundo Minayo (2001), a análise de conteúdo, minha opção de abordagem investigativa, exige uma boa delimitação de amostragem seguida da organização dos dados para definição de categorias. Igualmente a autora prescreve a necessidade de relacionar os objetivos e hipóteses com os dados produzidos na amostragem, no caso as imagens dos livros didáticos selecionados. A amostragem por mim definida foi a escolha dos seguintes livros:

Tabela 1 - Amostragem dos livros didáticos

| Título | Autores | Editora | Ano/edição | Ano de adoção |
|--|---|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Sociologia para o ensino médio | Nelson Dacio Tomazi. | Saraiva | 2010 2ª edição | 2012 2013 2014 |
| Tempos modernos, tempos de sociologia | Helena Bomeny; Bianca Freire-Medeiros; Raquel Balmant Emerique; Julia O'Donnel. | Editora do Brasil | 2013 2ª edição | 2015 2016 2017 |
| Sociologia para jovens do século XXI | Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa. | Imperial Novo Milênio | 2016 4ª edição | 2018 2019 2020 |
| Sociologia hoje | Igor José de Renó Machado; Henrique Amorim; Celso Rocha de Barros. | Ática | 2017 2ª edição | 2018 2019 2020 |
| Identidade em ação - Ciências Humanas e Sociais aplicadas - indivíduo, sociedade e cultura | Leandro Karnal; Luiz Estevam de Oliveira Fernandes; Isabela Backx; Felipe de Paula Góis Vieira; Marcelo Abreu; Alice de Martini; Eliano Freitas Rogata Soares Del Gaudio; Cristina Costa. | Moderna | 2020 1ª edição | 2021 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se no quadro anterior tanto o ano de edição, quanto os anos em que os livros deveriam ser utilizados nas escolas. Como estes livros são de volume único, cada ano corresponde a um ano do Ensino Médio, por exemplo, 2012/1º, 2013/2º e 2014/ 3º. A escolha dos livros didáticos é feita no ano anterior à adoção.

Anos atrás, recebíamos representantes das editoras nas escolas e escolhíamos os títulos a serem adotados, hoje a escolha é feita on-line, acessamos o material sugerido, nos reunimos e fazemos a escolha diretamente no portal do Ministério da Educação (MEC). Assim é feito de três em três anos. É importante salientar que a escolha não garante a adoção em sala de aula. Há sempre uma queixa por parte dos professores, observada na minha experiência profissional e no estágio de docência, de que o conteúdo dos livros não corresponde àqueles relacionados nos antigos Planos de Estudo. Assim, muitos continuam utilizando livros até bem mais antigos, na busca de conteúdos que atendam às suas necessidades, em geral pautadas em uma visão de ensino mais tradicional, que reverberam o posicionamento de quem tem o poder e o tem transmitido por séculos.

Desta forma, ao não adotar um livro em especial, os professores adotam vários, o que confirma a sua importância didática, mas dificulta o trabalho pedagógico. Então, mais urgente se faz a sua transformação, ou seja, os livros didáticos precisam ser revistos, corrigidos nas suas fragilidades, adaptados à BNCC e às DCNERER, para que, tanto os professores, preocupados com a observância do conhecimento formal, quanto os alunos, em busca de representatividade, se sintam contemplados em suas demandas. Entretanto, não podemos esquecer que o grande contemplado sempre será o Estado. O professor

[...] parece nem perceber a limitação de sua própria liberdade: afinal, cede-se ao livro a autoridade de ditar as regras do jogo, de delimitar os conteúdos e as metodologias a serem adotadas, em conformidade, é claro, com a ideologia vigente (CORACINI, 1999, p. 37).

Vejam que se ressalta o poder do Estado, do próprio livro, como material didático, e do professor, mas não se menciona o aluno. Eu lembro de quando entrei no ensino médio e os livros não eram distribuídos gratuitamente. Este fato por si só, já contribuía para dividir os alunos conforme a sua classe social: os que compravam livros novos, os que compravam livros usados e os que abandonavam a escola porque não tinham como comprar. Em uma época em que o ensino médio não era obrigatório, não é difícil concluir quem eram os alunos que paravam de estudar por falta de material. A distribuição gratuita dos livros didáticos foi uma mudança no sentido de democratizar o acesso dos jovens à educação, sem dúvidas. Além disso, contribuiu para o controle da qualidade do material que estava sendo oferecido; mas ainda não havia conseguido abalar o caráter eurocêntrico, marcadamente colonial e

escravocrata, presente nas narrativas permeadas pelas imagens de pretos e pardos ilustrados nos livros didáticos de Sociologia

O critério de escolha dos livros didáticos para esse trabalho foi a sua adoção em escolas públicas, instituições em que eles são distribuídos gratuitamente pelo PNLD para milhões de estudantes brasileiros e, nesse sentido, coincidindo alguns títulos com o material analisado por Wellington Narde Navarro da Costa (2017). Tal verificação se deu tanto em relação à quantidade de imagens, quanto ao contexto sócio econômico e cultural em que tais pessoas estão inseridas e, neste caso, deixando claro que tais condições não dizem respeito à sua cor, mas sim à diáspora forçada do povo negro. Ao mesmo tempo, percebe-se que uma área do conhecimento que deveria contribuir para a solução de um problema acaba por naturalizá-lo, assim como fizeram os livros de História por muito tempo, segundo Henrique Cunha Júnior (2001).

Para organizar os dados, olhei de forma dinâmica os livros selecionados e construí duas categorias: presença negra com rompimento de estereótipos; presença negra com embranquecimento cultural.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA: AS REPARAÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO EDITADO NO LIVRO DIDÁTICO

A Abolição da Escravatura no Brasil é um episódio histórico recente, afinal foi o último país da América a libertar os negros escravizados, em 1888. Também é recente o combate ao racismo, que sequer era reconhecido socialmente como uma chaga muito viva deixada pela escravização. Foram as comunidades negras que conquistaram sua emancipação, na luta por políticas de cidadania equitativas no campo da educação, trabalho, saúde e moradia, especialmente no período Pós Abolição (MENDONÇA; TEIXEIRA; MAMIGONIAN, 2020). Este estudo analisa as conquistas no campo da Educação Antirracista associada ao ensino de Sociologia.

Nas primeiras décadas após a abolição, nenhuma ação foi feita no sentido de acolher ou incluir aquelas pessoas durante anos escravizadas ao novo contexto social, o que se viu foi a total ausência de políticas estatais de constituição da cidadania das pessoas negras no nosso país. Ao contrário, o país ignorou que sequer teriam uma casa para onde voltar, uma vez que, com seu trabalho forçado construíram sim, casas e riquezas, mas para o senhorio escravagista. Tampouco

voltariam para os braços da mãe África, sua casa originária. Em lugares mais distantes do centro do país, a abolição só surtiu algum efeito concreto, com mudanças de práticas políticas e sociais, pelo menos, umas duas décadas mais tarde, o que retardou a entrada de crianças negras na escola, pois não houve medidas ou reformas na educação nesse sentido. Inicialmente, não se cogitava que os filhos dos antes escravizados tivessem direitos, muito menos o de estudar. Direitos negados sucederam quantas gerações até chegarmos aqui, momento de alguma reparação histórica? Quando tal reparação foi possível, chegou a hora do sistema dificultar tanto o acesso quanto a permanência de alunos negros na escola e na universidade, passando a ser um instrumento do chamado “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2018). Um poderoso instrumento, aliás. A educação no Brasil começou a ser ofertada primeiro para os filhos da elite, crianças brancas, católicos, cujos ensinamentos iniciais receberam através do livro sagrado:

Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos so-bretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados (OLIVEIRA *et al.*, 1984, p. 26).

Quando a escola se tornou pública, permaneceu fortemente ligada à Igreja Católica, onde até recentemente o Ensino Religioso era obrigatório. Além de não serem gratuitos, os livros didáticos tinham um público específico: homens brancos e ricos, nem mesmo as mulheres tinham direito à educação. Por outro lado, enquanto os indígenas receberam um outro tipo de formação, levando em conta o processo de colonização, os Negros e afrodescendentes, mesmo após Lei Áurea em 1888, não tinham esse direito assegurado. A simples abolição não foi suficiente para integrar o Negro aos bancos escolares, ao contrário, a abolição também cumpriu o papel de apagá-lo da história ou torná-lo invisível, não sendo desta forma necessário qualquer política pública de inclusão na sociedade. Isto é, o sistema optou por deixar o Negro de fora dos bancos escolares, porque isso parecia o “natural” a se fazer. Assim ficaram à margem da Educação, já que esta poderia levá-los a possível ascensão social, econômica e política.

Por outro lado, há relatos e estudos (SILVA *et al.*, 2017) de que famílias e comunidades negras se organizaram em agremiações para prover educação aos seus, já no século XIX, a partir de suas próprias metodologias e recursos didáticos. Vejamos como exemplo, a análise abaixo:

[...] o domínio dos códigos escritos era importante para a ação política, pois facilitavam o conhecimento das leis que podiam ser utilizadas para obtenção da alforria e constituíam recursos importantes no âmbito do associativismo em espaços de auxílio mútuo, fossem naquelas instituições religiosas – como as irmandades – ou as laicas, a exemplo das sociedades mutualistas. A efetivação do acesso à escola também se deveu às alianças formadas entre os escravizados e os setores intermediários, como professores e políticos engajados na campanha abolicionista, cujos laços mantidos mesmo depois da Abolição foram cruciais para vitórias nas lutas por esse direito. (MENDONÇA; TEIXEIRA; MAMIGONIAN, 2020, p. 225).

Os livros didáticos contribuíram no “apagamento”, na invisibilização e na naturalização do racismo, posto que a escola era um órgão público e de direito, se o Negro não estava lá, naturalmente era porque não tinha esse direito. A elite social e cultural da época, final do século XIX, início do século XX, usou explicações calcadas no etnocentrismo e na ciência evolucionista da época para justificar a sua postura. Esse pensamento foi tão bem estruturado que até o próprio Negro por muito tempo acreditou que eles tinham razão.

Então foi fácil chegar até aqui, 132 anos após a abolição, sem ver com nitidez a história do Negro contada nos livros didáticos na Área de Humanas, quiçá em Sociologia. O que vemos até agora, é o fruto desse esforço conjunto do sistema, tanto de tentar apagar da História a contribuição do Povo Negro para a sociedade brasileira, como também de dificultar possíveis reparações à dignidade da sua memória, jogando sobre o tema uma “cortina de fumaça”, cuja finalidade era apagar registros históricos que dessem luz à contribuição do negro para a construção desse país, que vai além da questão cultural, e não se extingue com a libertação. Ademais, o grande período de resistência do próprio negro que culminou na assinatura da Lei Áurea em 1888, durante muito tempo foi descrito como atitudes indisciplinadas dos “escravos” fujões, ou seja, o povo negro não tinha o direito de sonhar com a liberdade, sendo entendido tal gesto como uma atitude de insurreição, mas nunca sendo questionada a escravidão em si. Ao contrário, eram fujões, quando na verdade deveriam aceitar as condições subumanas em que viviam. A Lei do Ventre Livre e a do Sexagenário, por exemplo, servem como indícios de que os afro-brasileiros nascidos nas senzalas não aceitavam pacificamente a sua condição, ao contrário, preferiam morrer nas constantes fugas a aceitar o açoite e o cativo. Assim, por mais de 300 anos resistiram, até que a Princesa Isabel, sem ter uma alternativa, assinou a lei de parágrafo único. Desde então, não temos feito outra coisa além de tentar corrigir os livros e a nossa história. Uma história nada

democrática com bem observa Florestan Fernandes (2017, p. 41), quando afirma que

[...] a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça.

Assim, as políticas aqui discutidas, como a que resulta da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), em intersecção com o PNLD, vinculam-se à Educação Antirracista ou Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), no seu carácter de intervenção sobre os currículos da educação em seus diferentes níveis de ensino. Resultam, externamente, da assinatura, por parte do Estado brasileiro, em 2001, da Declaração e do Programa de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul. Internamente, resultam das lutas do Movimento Negro com a pauta da equidade racial na sociedade brasileira, enfatizando a educação como estratégia fundamental para a transformação social. Esta pesquisa é herdeira das lutas por cidadania e educação, empreendidas pelo Povo Negro, do qual faziam parte minha avó materna, digníssima senhora Maria da Glória Silva Dutra, nascida em 1906, escravizada até a adolescência; e meu pai, José Ariovaldo da Rosa Fernandes, nascido em 1946, homem negro de grande consciência política que me incentivou a ter o que ele não teve: Educação. Contudo, a sua maior lição foi a luta diária que empreendeu contra o racismo que nos mantinha à margem da sociedade, dos direitos e da cidadania.

Para tratar desse tema fiz uma revisão de literatura sobre outros estudos com temáticas semelhantes e encontrei a dissertação de Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *Sociologia em “Mangas de camisa”: representação do negro brasileiro nos livros didáticos*, de autoria de Wellington Narde Navarro da Costa (2017), com a qual diálogo nesse momento. Costa (2017) analisa a maneira como os livros de Sociologia, do Programa Nacional do Livro Didático, abordam a temática étnico-racial no que concerne à população negra brasileira e, a partir de conceitos construídos através do referencial teórico sustentado por autores negros da Sociologia – Guerreiro Ramos e Clóvis, observando ainda uma profunda ausência do pensamento e da práxis negra nesse material didático.

Igualmente em meu estudo percebo que os avanços são tímidos diante do tamanho da função social do ensino de Sociologia, uma vez que a própria noção de raça como construção social nasce nesse campo científico.

3 LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: ESTEREOTIPIAS, EMBRANQUECIMENTO E PRESENCAS NEGRAS

O livro didático é um recurso confiável que está à disposição das escolas e dos professores a fim de promover uma educação de qualidade ao longo de toda a educação básica em todo o território nacional. Entretanto, no que diz respeito à educação antirracista, nem sempre foi assim, porque este, em geral, não foi o objetivo das políticas públicas na educação brasileira. Ao contrário, os livros didáticos também colaboraram para a disseminação do racismo, considerando-se não só o pouco espaço dado ao assunto, mas principalmente a relevância e o enfoque dado ao tema, caracterizado pela valorização positiva das narrativas embranquecedoras. Embora sejamos maioria no cotidiano social, pois pretos e pardos somam cerca de 52% da população do país, não somos maioria nas salas de aula no ensino médio, ao menos no Rio Grande do Sul, espaço onde se realiza o estudo.

No caso brasileiro, no ensino fundamental, o percentual de negros (pretos e pardos) supera os 50%, porém no ensino médio este número cai drasticamente a cada ano, e no ensino superior, embora venha crescendo graças às políticas de ações afirmativas, ainda está longe do ideal. Se no Ensino Fundamental o País conseguiu garantir o acesso independentemente da cor, a última etapa da Educação Básica apresenta os maiores desafios e desigualdades nesse quesito. Segundo dados compilados pelo site Todos pela Educação (2020, *on-line*),

[...] em 2019, apenas 65,1% dos jovens pretos e 66,7% dos pardos de 15 a 17 anos frequentavam o Ensino Médio, frente a 79,2% dos brancos. Já a conclusão dessa etapa até os 19 anos era uma realidade para apenas 58,3% dos jovens pretos e 59,7% dos pardos em 2019, contra 75% dos jovens brancos.

O racismo visível nos livros didáticos do ensino fundamental pode ter sido co-responsável pelo abandono escolar de muitas crianças negras, aliado às adversidades sociais que continuam lhes sendo impostas, uma vez que os dados igualmente mostram defasagens nas aprendizagens entre negros e não negros.

A seguir anuncio brevemente as políticas estatais, predominantemente constituídas no século XXI, que buscam romper com o racismo na educação brasileira, resultantes das demandas sociais do movimento negro e dos acordos internacionais assinados pelo Estado, destacadamente a partir da *Terceira*

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela Organização das Nações Unidas, em 2001, em Durban, África do Sul.

3.1 TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO DE SOCIOLOGIA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO: PNLD, BNCC, NOVO ENSINO MÉDIO E COMPROMISSOS COM A ERER

Segundo o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.º 003 (BRASIL, 2004), tais defasagens nas aprendizagens entre negros e não negros estão relacionadas com a baixa autoestima das crianças e jovens negros, reiterada nos materiais didáticos e práticas pedagógicas escolares.

Para os livros didáticos a nossa existência se resumia à senzala e o nosso valor era calculado em peso. Permanecer em sala de aula, ficava insustentável. Segundo Ana Célia da Silva (2001, p. 16):

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer-lhes oportunidades de reflexão.

Como contestar o que os livros diziam? Como contestar o que os professores diziam? Convém lembrar que estes eram de maioria branca, muitos deles também racistas, que ou passavam muito rápido pelo assunto, ou apenas endossavam o ponto de vista abordado. Além disso, no ensino médio os livros não eram gratuitos. Fato que também contribuía para o abandono escolar da população negra. Atualmente há outro projeto estatal para os livros didáticos.

O artigo 2º inciso 1º do parecer CNE nº 3/2004, documento basilar para compreensão da implementação da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), define-se que:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Estamos com vinte anos de implementação da homologação da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), que propôs uma equidade curricular, capaz de romper com as estereótipias e narrativas inferiorizantes ou embranquecedoras acerca das pessoas e comunidades negras, reduzidas aos aspectos negativos a partir da escravização e da marginalização. Trata-se de uma transformação estratégica nos currículos escolares e acadêmicos, que incide sobre a forma e o conteúdo, buscando o estabelecimento de uma narrativa positivada acerca dos povos africanos em diáspora no Brasil, sua presença imprescindível para a construção da riqueza econômica e cultural do país. É o que Nilma Lino Gomes (2012) afirma como descolonização dos currículos. Para a autora,

[...] descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito Já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102)

Tal descolonização, após as conquistas advindas de lutas e demandas sociais do movimento negro organizado brasileiro para a educação, incidiram sobre programas nacionais como o PNLD.

Segundo o MEC (BRASIL, s.d., *on-line*):

O PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

Vale lembrar, entretanto, que os responsáveis pela escolha dos livros didáticos ainda são os professores. Editoras conveniadas com o MEC enviam às escolas exemplares dos livros para que sejam analisados e escolhidos. Em geral os professores optam por editoras conhecidas e por edições atualizadas de livros adotados em anos anteriores. A diferença é que agora existe o artigo 26 A que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e

indígena. Assim, o que este trabalho verificou foi de que maneira a lei está sendo posta em prática nos livros da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, já que a BNCC e o Novo Ensino Médio devem estar em consonância.

Enquanto aluna dos antigos 1º e 2º grau, ensino fundamental e ensino médio respectivamente, eu vi passar algumas reformas na educação. Sou do tempo dos Estudos Sociais, em vez de História, no 1º grau, e do ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), em vez de Sociologia no 2º grau, por exemplo. Nos anos que antecederam o final da ditadura no Brasil, disciplinas como Filosofia e Sociologia eram, de acordo com o imaginário social (e político) dispensáveis à educação básica, considerando a vida prática, ou o atual “mundo do trabalho”. Assim, ao longo do século XX, a comunidade acadêmica empreendeu um longo período de luta em defesa do ensino de Sociologia na educação pública. Vejamos:

Nas primeiras décadas do século XX a Sociologia aparecerá nos currículos das escolas normais, cursos preparatórios (últimos anos do ensino secundário, posteriormente colegial e hoje Ensino Médio) e superiores. “Entre 1925 e 1942, com a vigência da Reforma Rocha Vaz e depois com a de Francisco Campos em 1931, a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória [...]” (BRASIL, 2006, p.102). A partir daí a Sociologia em vários momentos históricos, políticos, sai e retorna ao currículo da educação básica, incluindo momentos em que passa a ser disciplina optativa, sendo incluída por alguns Estados outros não. Todo este histórico de passagem da Sociologia no Ensino Básico e mais especificamente no Ensino Médio pode ser verificado no PCNEM de Ciências Humanas (2006) e também em dissertações ou em artigos acadêmicos que tratam do tema, documentos oficiais ou autores clássicos que tratam desse percurso histórico (CAMPOS, 2020, p. 16).

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica e, em 2017, foi responsável por devolver às Ciências Humanas a sua importância, bem como à Sociologia o seu valor histórico perante os desafios da sociedade moderna. A manutenção desta como componente curricular, no entanto, nunca esteve tão ameaçada, considerando o período democrático em que nos encontramos.

Às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme a BNCC, cabe proporcionar ao educando o entendimento dos fenômenos e relações sociais, favorecendo, entre outros aspectos, o protagonismo juvenil; à Sociologia, em particular, cabe contribuir para a desnaturalização dos fenômenos sociais, políticos e econômicos. Tal debate, entretanto, parece incomodar algumas lideranças políticas que preferem manter os jovens estudantes, principalmente os que compõem a base

da pirâmide social, longe daquilo que possa lhe proporcionar alguma consciência de classe e levá-los ao pleno exercício da cidadania, ao torná-los capazes de transformar a própria realidade. Tal postura parece não atender aos interesses político-econômicos vigentes e, mais uma vez, o ensino de Sociologia na escola pública é ameaçado, segundo estudo de Fábio Guimarães Campos (2020, p. 16):

Novamente voltamos a discutir a fragilidade da sua permanência no Ensino Médio a partir da LDB 9394/96, seja através do veto de sua obrigatoriedade enquanto disciplina no Ensino Médio, pelo então presidente FHC, e agora a partir da Lei 13.415/2017 que altera a LDB, flexibilizando as disciplinas por área de conhecimento e itinerários formativos, retirando a sua obrigatoriedade nos três anos do Ensino Médio e reorganizando competências e habilidades não mais por disciplinas, mas por área [...] podendo acarretar diluição e descaracterização das disciplinas nas áreas, sob o pretexto da interdisciplinaridade, atratividade e possibilidade de escolha aos alunos – no caso dos itinerários formativos.

Como podemos observar, o ensino de Sociologia no atual ensino médio constitui-se como um desafio à sociedade. Essa insegurança aumenta quando se entende a importância desse componente curricular para a defesa dos direitos recém adquiridos pela comunidade negra no que tange às DCNERER. Tais diretrizes não dizem respeito apenas ao ensino médio, tampouco apenas à Sociologia, mas encontra nesta as condições ideais para o exercício do diálogo sobre o tema. Nesse sentido, a BNCC estabeleceu competências específicas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), principalmente se a esta compete “a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e a interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.” Das competências estabelecidas, destaco, para o Estudo das Relações Étnico Raciais, a competência específica 3, que visa:

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global (BRASIL, 2018, *on-line*).

Leia-se onde diz “diferentes grupos, povos e sociedades” uma referência aos povos indígenas e quilombolas e sua relação com a transformação de recursos naturais, organização social e política, bem como a produção cultural desses povos. Cultura esta aliás, tanto a indígena, quanto a africana, que vem sendo apagada

através de um branqueamento cultural, segundo o qual apenas tem valor a cultura europeia.

Já a competência específica 5 estabelece como meta “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos”. (BRASIL, 2018, *on-line*).

Aqui cabe salientar a busca pelo respeito às diferenças, sejam elas linguísticas, culturais, religiosas ou étnico-raciais, por exemplo, a fim de desnaturalizar condutas preconceituosas, presentes em gestos e discursos.

É importante frisar que os componentes curriculares não estão delimitados na área, mas esta deve “problematizar as seguintes categorias: Tempo e Espaço; Território e Fronteira; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética e Política e Trabalho.” Nesse sentido estão distribuídos os livros didáticos. A coleção “Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, destinada ao Novo Ensino Médio, apresenta seis volumes, um dos quais utilizei em minha pesquisa, e está dividida da seguinte forma: Política e Território; Trabalho e Tecnologia; Indivíduo, Sociedade e Cultura; Dinâmicas e Fluxos; Transformações da natureza e impactos socioambientais; e Ética, cidadania e direitos humanos. Segundo professoras da área na escola em que estagiei, a coleção não foi adotada, nem mesmo para consulta, por considerarem que não contempla todos os objetos do conhecimento necessários ao 1º ano, embora haja em número suficiente para todos os alunos da turma. Do ponto de vista teórico, a substituição dos componentes curriculares de História, Geografia, Sociologia e Filosofia na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas por categorias revela objetivos bastante semelhantes aos responsáveis pela retirada de História, no meu 1º grau, e de Sociologia, no meu 2º grau.

O sistema educacional brasileiro foi cúmplice durante séculos de um regime excludente, antidemocrático e racista, responsável pelas desigualdades sociais e injustiças cometidas contra o povo negro ao longo de nossa história. Muitos foram os mecanismos usados na política de embranquecimento da população brasileira, bem como de sua cultura; mas, de todos, o que ainda é utilizado em larga escala e que continua excluindo ainda é a Educação, quando friamente opta pela fragmentação do estudo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, por mais bonitas que sejam as DCNERER.

A seguir apresento, descrevo e analiso o que encontrei nos livros didáticos escolhidos para o estudo.

O que eu esperava encontrar nos livros didáticos vai além de imagens, mas da representatividade destas, ou seja, imagens que destacassem positivamente a pessoa negra, o que não tem a ver com a beleza desta, considerando o padrão europeu, mas da sua importância para a sociedade brasileira, principalmente para a população negra brasileira.

Compreendo por representatividade a forma como a presença negra é presentificada, seja nas relações, seja nas representações sociais, como nas imagens dos livros didáticos, por exemplo. Tal compreensão está vinculada ao que fundamenta Abdias Nascimento (2016) como embranquecimento cultural, ou seja, o fato de que negros não estão representados nem nas instituições nem nos materiais didáticos sobre a realidade brasileira. Silvio Almeida (2018) orienta esse debate na coadunação com o conceito de racismo institucional e estrutural. Igualmente destaco que o conceito de representação social é construído no campo da sociologia por autores clássicos como David Émile Durkheim (2006), nas definições do método e da escrita realizadas já no século XIX.

Além disso, queria ver representada nos livros didáticos de Sociologia toda a potência cultural do povo afro-brasileiro observada na sociedade contemporânea brasileira, o movimento, as ações empreendidas no sentido de dar visibilidade aos seus problemas, certamente, mas também do que está sendo produzido por intelectuais negros, por jovens negros que, apesar de, às vezes, não terem passado pelos bancos acadêmicos, produzem conhecimento e dão voz às suas comunidades. Infelizmente, não basta que os livros didáticos sejam modificados, do ponto de vista de políticas públicas antirracistas, se diante dos nossos alunos, como maior referencial, ainda se encontram, na maioria das vezes, professores brancos pouco comprometidos com tais demandas.

Os livros didáticos de Sociologia analisados nos mostram, entretanto, que a mudança exigida pelas Diretrizes Curriculares, destacadamente as DCNERER, não só estão longe de serem implementadas, como também talvez não sejam concretizadas, visto que o material didático pertencente ao Novo Ensino Médio, referente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, área da qual faz parte a Sociologia, não apresenta grandes mudanças no que diz respeito às imagens das pessoas negras, utilizadas para exemplificar os mais variados contextos.

A minha busca nos livros didáticos é por representação intelectual do povo negro, independente do julgamento que fazem do seu fenótipo, já que este sempre foi associado a aspectos negativos, corroborando a educação para a perpetuação de estigmas sociais emitidos pelo colonizador europeu. Ao contrário, o que vi nos livros que analisei foi ausência de imagens ou, não raro, as imagens encontradas não são suficientemente expressivas, nem por si, nem pelo contexto. Entendo que, no que diz respeito à História ocidental, há eventos indiscutíveis; entretanto não podemos negar que a História africana, enquanto continente, não tem sido reconhecida pelas demais civilizações. No Brasil, país que não se cansa de ser escravocrata, passados mais de cem anos da abolição, foi preciso uma lei que obrigasse o sistema de ensino a reservar espaço no material didático oficial, e nas escolas, para que tanto o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como também indígena, tivessem mais nos nossos livros do que o Dia do Índio, 19 de abril, e o 13 de maio, dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, motivo pelo qual a data é repudiada pelo movimento negro. A Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003) estabelece uma série de medidas que devem ser implementadas na Educação, a começar pela mudança nos discursos em que a palavra “escravo” sugere uma condição inerente ao negro. É preciso que haja mudanças nos livros didáticos, não só nos de Sociologia, mas também é preciso que haja mudanças nas universidades, nos cursos de graduação, para que tenhamos professores que sejam capazes de falar sobre esse tema. Do contrário, a tendência é continuar folheando o livro para o próximo capítulo, sem dar relevância e, o que é pior, sem respeitar a lei, passando aos alunos a impressão de que as pessoas negras não são importantes para a construção do nosso país, como se o trabalho dos negros e negras escravizados no Brasil tivesse sido em vão. Além disso, está na hora de ensinarmos aos estudantes brasileiros que a condição de desigualdade em que nos encontramos é herança da escravidão, que nos empurrou para os morros, que nos impediu de irmos à escola, que nos dificultou o acesso ao emprego digno, que violentou mulheres negras tanto na Casa Grande, quanto no quartinho da empregada doméstica, que nos transformou em suspeitos, que mata nossos jovens, e que tudo isso não é “mimimi”.

Eu estou em sala de aula há 24 anos e posso afirmar que, mesmo depois da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), alterada em 2008 para atender também a população indígena, além do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, data implantada pela mesma lei, nas escolas não se fazia muito para desconstruir os estereótipos

calçados nas imagens e na política do branqueamento, contribuindo dessa forma para a manutenção do pensamento racista e eugenista que inferioriza a pele preta, o cabelo crespo, o lábio grosso do povo negro. Além disso, outro fato convenientemente esquecido nas aulas de História é que o povo preto não foi o único a ser escravizado, mas é o único que tem a sua etnia relacionada a esse momento histórico, como se cor e escravidão fossem sinônimos. Só posso entender que o sistema educacional tem grande responsabilidade nesse “equivoco”, ao permitir que tais conclusões não sejam corrigidas, assim alimentando ao longo dos séculos o que hoje entendemos como racismo estrutural. (ALMEIDA, 2018). Acontece que, ao fazer isso, condena-se no Brasil cerca de 52% da população brasileira à baixa escolaridade, à violência, à baixa autoestima, cujos reflexos se notam na desigualdade social ainda vigente. À Sociologia, caberia a tarefa de problematizar tais evidências; contudo, o que se observa nos livros didáticos analisados, é uma dificuldade em se afastar de posturas preconceituosas, ou de, pelo menos, caracterizá-las como tal.

A seguir, apresento a análise das imagens propriamente ditas encontradas na realização do estudo.

3.2 PRESENÇA NEGRA COM ROMPIMENTO DE ESTEREOTIPIAS

A linguagem, antes de ser um sistema de signos que compõem um determinado código, é um sistema de comunicação que pode empregar na constituição de um discurso tanto elementos verbais, quanto não verbais, aliás esta é a forma mais antiga de comunicação do ser humano com as futuras gerações, através de pinturas rupestres em cavernas nossos parentes mais distantes nos deixaram importantes mensagens. E foi assim que milhares de anos depois, aqui mesmo no Brasil, na Serra da Capivara, no Piauí, recebemos capítulos inteiros de nossa pré-história. Dom João VI não foi o primeiro, mas soube como ninguém aproveitar a ideia. O pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) neste caso, quando convidado para vir ao Brasil retratar nossos costumes, por conseguinte nossa História, só estava a serviço do sistema, a serviço do poder, usando para isso o seu talento (e este não me cabe discutir). Os pincéis eram seus, mas não as tintas, as cores quem decidiu foi D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves até 1822, quando voltou para Portugal, após a independência do Brasil.

Debret permanece aqui de 1816 a 1831 e realiza nesses 15 anos a sua maior obra. Evidentemente não foi o único nessa missão, mas tornou-se o mais conhecido, já que vários de seus quadros atravessaram séculos até povoarem o imaginário de milhões de estudantes brasileiros. Por quantas palavras, mesmo, vale uma imagem?

Passaram-se décadas desde que vi pela primeira vez a imagem daquele quadro (O jantar no Brasil ou Um jantar brasileiro), pintado por Jean-Baptiste Debret, e agora, folheando os livros de Sociologia em busca de imagens que ilustrassem os novos tempos, como sugerem alguns dos títulos que escolhi para fazer a minha pesquisa (Sociologia Hoje; Sociologia para jovens do século XXI ou Tempos Modernos, Tempos de Sociologia) eis que o encontro (Debret, ainda que com outro quadro) ilustrando, desta vez, o trabalho (escravo) no Brasil colonial. Período em que as tintas não eram tão coloridas. Jean-Baptiste Debret, mais uma vez, justifica as críticas que o acusavam de “romantismo” nas telas sobre o período escravocrata. A tela que segue está no livro didático de Sociologia Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY *et al.*, 2013, p. 237). Embora o livro apresente uma legenda que diz “a imagem retrata a vida de trabalhadores escravizados no Brasil”, a mensagem contida na obra, pode ser bem menos dramática do que era a realidade, o que contribui para a naturalização do trabalho escravo e formação de estereótipos.

Figura 1 - Carregadores de café a caminho da cidade - Debret, 1826



Fonte: BANDEIRA; LAGO, 2009, p. 245.

Já no livro didático *Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Trabalho e Tecnologia* (KARNAL *et al.*, 2020, p. 41), a ser utilizado no Novo Ensino Médio, vê-se uma gravura de Jean-Baptiste Debret, de 1834, intitulada “Castigo imposto aos negros”, onde estes aparecem negociando produtos, mas visivelmente punidos por prováveis tentativas de fuga, como mostram os ferros ao redor do pescoço, bem como as correntes amarradas aos pés. Entretanto, o livro didático chama a atenção para a possibilidade de lucro, “ganho”, que as pessoas negras escravizadas teriam, como se este fosse uma forma de trabalho remunerado, além de naturalizar também o castigo.

Figura 2 - Castigos impostos aos negros



Fonte: DOMINGUES, 2016, *on-line*

Entendo que as obras de arte de Debret compõem um importante acervo artístico do período neoclássico europeu, e isso é de absoluta relevância, o que me ocorre é que, além dele, havia no Brasil colonial escravocrata outros artistas desempenhando a mesma “missão”, melhores ou piores do ponto de vista artístico, não vem ao caso, mas com olhar mais crítico, que pudessem desconstruir esse olhar tão “democrático” das relações nesse período, visto que estamos falando de Sociologia, não de História ou de Arte; ou, se ainda for necessário o uso de obras de arte para representar pessoas pretas, por que não recorrer a artistas brasileiros contemporâneos comprometidos com uma visão mais brasileira do país e do seu povo.

Já quanto a imagens reais de pessoas negras com representatividade, há nomes que se repetem em quase todos os livros didáticos analisados. O

estadunidense Martin Luther King é um exemplo. Herói na luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Ou Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, cuja imagem é de grande representatividade, sem dúvida. Mas e os nossos defensores, como André Rebouças ou José do Patrocínio, ativistas negros das lutas abolicionistas. Obama e Luther King eu encontrei em, pelo menos, 3 dos 6 livros analisados, enquanto que Rebouças, encontrei uma imagem apenas, no livro Sociologia Hoje (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017), do qual segue a imagem:

Figura 3 - Retrato de André Rebouças



Fonte: BERNARDELLI, 2019, *on-line*

Vale lembrar que este é um retrato da época escolhido para representá-lo no livro didático, não há um autor do quadro, mas era comum os "retratistas" retocarem a realidade, o que poderia ser feito na roupa, nos traços ou na cor da pele, na busca de uma imagem "melhor", considerando ideias e ideologias da época, tais como as teorias racialistas e embranquecedoras que favoreceriam a aceitação social. Lembro-me, por exemplo, dos retratos que decoravam a sala da casa de minhas avós. Pintados a partir de fotografias, dava a impressão de que haviam sido maquiadas, a pele sempre mais clara.

Este mesmo livro, Sociologia Hoje, (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016), no entanto, me surpreendeu ao trazer dois ícones culturais contemporâneos importantes para o movimento negro. O primeiro é o músico Criolo (Kleber Cavalcante Gomes), que ilustra a página 57, que trata sobre cultura no século XXI. O *rapper* é conhecido por suas letras engajadas, bem como por trazer para a música brasileira, principalmente o samba e o maracatu, influências de gêneros musicais africanos. Este, sem dúvida, é um nome com o qual os jovens negros brasileiros irão

se identificar e que problematiza a desigualdade social que atinge o povo negro brasileiro.

Figura 4 - Músico Criolo durante entrevista em 2014



Fonte: MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016, p. 57

O mesmo livro traz no capítulo 10, que fala sobre Temas Contemporâneos da Sociologia, o rapper Emicida (Leandro Roque de Oliveira), em visita a uma escola pública na zona oeste de São Paulo. A legenda observa que a presença do músico “pode influenciar na constituição das formas de solidariedade e de identidade sociais”. Tais influências são fundamentais para a construção de novos padrões, com os quais os nossos estudantes podem se identificar, pois problematizam a realidade e desnaturalizam o *status quo* em que nos colocaram, de subalternidade.

Figura 5 - Rapper Emicida em escola pública, São Paulo, 2015



Fonte: MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016, p. 2020

O livro Sociologia para jovens do século XXI (OLIVEIRA; COSTA, 2016), traz na página 47 Joaquim Barbosa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o

órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro. Homem negro, juiz e ministro do STF no Brasil só tivemos um, este é um “retrato” que precisa estampar as páginas dos nossos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sem dúvida, mas deveria figurar em todos os títulos mencionados. É um nome para estabelecer uma nova identidade, para que nossos jovens desvinculem a própria imagem de lugares subalternos e marginalizados, e passe a relacioná-la com lugares de poder, em oposição direta à imagem inicial que nos vincula ao trabalho braçal e escravizado.

Figura 6 - Ex-ministro Joaquim Barbosa



Fonte: OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 47

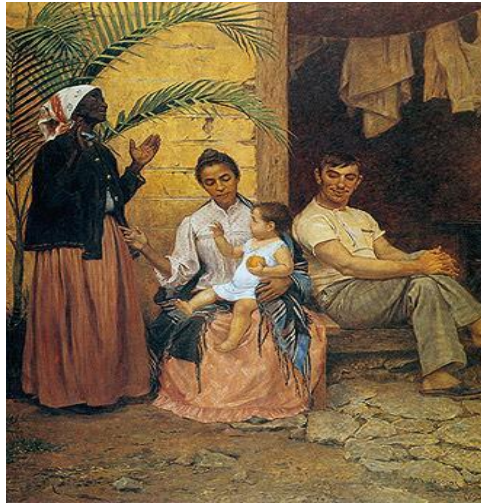
Desta forma ainda é possível observar que a presença de pessoas negras nos livros didáticos analisados são pontuais e com maior representatividade no campo das artes ou esportes, característica da estereotipação da população negra, como aquela menos afeita ao pensamento científico, acadêmico ou racional e mais vinculada ao corporal e manual.

3.3 PRESENÇA NEGRA COM EMBRANQUECIMENTO CULTURAL

Há muitas formas de se apagar a cultura de um povo ou de negar o seu valor. No Brasil, isso foi feito de várias formas, principalmente através da proibição do exercício das religiões de matriz africana, da prática da capoeira, da manutenção da linguagem e dos costumes, antes e após a abolição, fazendo dos quilombos e terreiros lugares de resistência marginalizados e discriminados pela sociedade, além de perseguidos pela polícia, afastando desses espaços de luta os afrodescendentes. Outra forma foi o incentivo à miscigenação. Inicialmente favorecendo a imigração

italiana e alemã, depois incentivando as uniões inter-raciais a fim de eliminar a “cor” do brasileiro, em um ostensivo plano genocida. Não funcionou quanto a cor da maioria da população, mas não podemos dizer o mesmo no que diz respeito a aspectos culturais, considerando que religiões de matriz africana continuam sendo aviltadas pela intolerância racista e a capoeira não faz parte do nosso currículo escolar como qualquer outro esporte. Além disso, não há dialetos remanescentes dos povos africanos que para cá foram trazidos, em uso comunitário cotidiano, a não ser em espaços de práticas religiosas que preservam o yorubá e o banto, por exemplo. A oralidade foi fundamental para essa sobrevivência linguística e ontológica, mas não foi suficiente para transmitir a língua aos seus descendentes, embora tenha contribuído fortemente na pronúncia da Língua Portuguesa do Brasil e na incorporação de termos, palavras e cantigas. Os falares observados nos centros de umbanda ou de candomblé, por exemplo, fazem parte da tradição oral, mas ainda há pouco material escrito. Isso tudo ficou evidente na observação dos livros didáticos de Sociologia, embora o aspecto mais explorado seja o embranquecimento da pele. O retrato pendurado na parede da casa da minha avó paterna, trazia uma mulher parda, um homem de traços europeus, português provavelmente, e filhos pardos, alguns quase brancos, assemelhando-se bastante ao quadro de Modesto Brocos, *A redenção de Cam*, que ilustra dois dos livros didáticos que eu analisei. A obra de Brocos data de 1895, mas na coleção produzida para o Novo Ensino Médio, *Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Indivíduo, Sociedade e Cultura*, na página 90, sobre *As teorias raciais e a política de “branqueamento”*, consta uma fotografia do ano de 1900 com a mesma configuração.

Figura 7 - A Redenção de Cam, 1895



Fonte: A Redenção de Cam, 2020, *on-line*.

Figura 8 - Família brasileira de 1900



Fonte: KARNAL *et al.*, 2020, p. 90.

Ambas as imagens apresentam um homem branco, uma mulher parda e uma mulher negra ao fundo e os filhos. Entretanto, A redenção de Cam aparece no mesmo livro na página 103, ao tratar sobre “Racismo, violência e mecanismos de exclusão social no Brasil republicano”. Ao mesmo tempo, encontrei A redenção de Cam no livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, 2013, na página 41, ilustrando o capítulo de Antropologia. A surpresa está na página 211, ao falar sobre a constituição do país, *Que país é este?*, temos a tela “A família”, 1925, de Tarsila do Amaral, onde aparece uma família numerosa, pardos a maioria, mas

nenhum branco. Quase ao centro do quadro, há uma mulher um pouco mais preta que as demais, também há uma outra que fuma um longo cachimbo, mais velha aparentemente. Chama a atenção que nenhuma dessas pessoas sorri, nem mesmo as crianças. Ao lado da ilustração, somente o título, nome da autora e ano da obra. Não há legenda, nenhum comentário que a contextualize.

Figura 9 - A família, 1925



Fonte: BOMENY *et al.*, 2013, p. 211

Eis as imagens que procuram pintar um novo quadro do povo negro. Contudo, as imagens acabam sendo mais ilustrativas do que representativas de uma proposta de educação capaz de desenvolver o pensamento sociológico crítico no que tange às relações raciais e à vida das pessoas e famílias ou comunidades negras no Brasil. Ilustram momentos pontuais, para atender a lei de diretrizes e bases, mas ainda mantém características de epistemologias e ontologias brancas e eurocentradas. Essa representatividade que cresce lentamente, a partir da obrigatoriedade legal do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, no caso dos livros didáticos de Sociologia/Ciências Humanas, ainda revela um despreparo da produção de manuais escolares na abordagem qualificada da mudança curricular proposta.

4 CONCLUSÃO

Este TCC em Ciências Sociais tinha por objetivo analisar as imagens de pessoas negras representadas nos livros didáticos de Sociologia/Ciências Humanas, a partir da política estatal do PNLD, entre 2012 e 2021, considerando as exigências estabelecidas pelas DCNERER. Dessa forma, pretendia-se verificar se nos livros didáticos atuais a imagem representativa do negro na cultura brasileira ainda enfatiza a exploração e os castigos físicos, ou se passou a dar ênfase à importância do povo negro para a construção da nação brasileira, considerando se permanece a estereotipia e o embranquecimento cultural nos conteúdos expostos pelas imagens. Além disso, desejava identificar no material didático utilizado no Ensino Médio novos exemplos de representação do povo negro que contribuíssem para uma proposta de educação antirracista; avaliando, também, se as mudanças nos livros didáticos, particularmente de História e Sociologia, atendem às propostas da BNCC e do Novo Ensino Médio, no que diz respeito às DCNERER.

Uma das hipóteses comprovadas é que os livros didáticos estão a serviço de uma estrutura racista e antidemocrática tanto na sua produção, como artefato cultural, quanto no seu uso na instituição escolar. Nesse sentido, há uma lentidão no que diz respeito à adoção de novas imagens, imagens estas que digam mais sobre a importância das pessoas negras para a construção do Brasil, imagens representativas de um povo negro vencedor, imagens que apontem novos lugares de onde o negro possa se reconhecer, ainda que não possamos deixar de lembrar de que maneira viemos parar neste continente. Contudo, ao analisar o material didático a que me dispus, livros didáticos de Sociologia disponíveis na escola em que estagiei, do ano de 2012 até a última publicação para esta área, 2021, foi possível observar uma pequena evolução, sentida apenas nos livros mais recentes, de 2016 para cá. Embora este seja um tema urgente e a educação antirracista seja uma pauta para todos, as mudanças das quais necessitamos ainda não obtiveram o devido comprometimento por parte da Educação, no que tange ao ensino de Sociologia através do seu material didático. Esse estudo, ao final das contas, comprovou aquilo que já havia afirmado Abdias Nascimento e Florestan Fernandes quanto ao caráter antidemocrático da educação, posto que este ainda é um lugar marcado por estereótipos, resultado do racismo existente no Brasil.

Assim, ao final da análise dos livros didáticos de Sociologia, no que se refere ao tema “Educação Antirracista, Ensino de Sociologia e Novo Ensino Médio: estereótipos, embranquecimento e presenças negras em livros didáticos (2012-2021)”, percebe-se uma ligeira mudança em relação aos livros didáticos anteriores, o que demonstra uma tentativa de adaptação às DCNERER. Contudo, as imagens mais positivas são ainda de personagens de destaque mais no campo da cultura ou do esporte, do que no campo do pensamento intelectual e acadêmico.

Não há dúvidas quanto à urgência de mudanças na educação, a fim de se promover a chamada “educação antirracista”, ainda que nos livros didáticos de Sociologia (ou de História) estas não sejam tão visíveis e rápidas quanto necessitam os nossos jovens. Ainda assim, é a Educação, através do ensino de Sociologia, mas não só, que dará às próximas gerações novos modelos de representatividade, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a desnaturalização das desigualdades sociais, às quais vem sendo submetido o nosso povo e às quais não podem ser submetidos os nossos filhos. A minha dúvida é se o Novo Ensino Médio vai conseguir concluir essa missão, já que, ao representar uma população negra tão expressiva, demonstra ainda tanta cerimônia ao confrontar o poder da hegemonia branca. Um poder que sequer foi abalado desde que Jean-Baptiste Debret pintou a sua obra mais conhecida, em 1827.

Figura 10 - Um jantar brasileiro, 1827



Fonte: JÚNIOR, 2011, *on-line*

REFERÊNCIAS

2º Festival Mundial de Arte e Cultura Negra e Africana. *In*: **ENCICLOPÉDIA** Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento82797/2-festival-mundial-de-arte-e-cultura-negra-e-africana>. Acesso em: 7 jan. 2023. Verbete da Enciclopédia.

A Redenção de Cam. *In*: **ENCICLOPÉDIA** Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 5 jan. 2023. Verbete da Enciclopédia.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correa. **Debret e o Brasil**. Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

BERNARDELLI, Rodolfo. **Retrato de André Rebouças**. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Rebou%C3%A7as#/media/File:Rodolfo_Bernardelli_-_Retrato_de_Andr%C3%A9_Rebou%C3%A7as.jpg>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 maio 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. **PNLD**. S.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao> Acesso em: 10 jan. 2023.

CAMPOS, Fábio Guimarães. **O lugar da sociologia no novo ensino médio: os impactos da BNCC para o ensino, currículo e integração curricular**. Juazeiro: [s.n.], 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2003.

CORACINI, M. J. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. *In: _____ (org.). Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.* São Paulo: Pontes, 1999. p. 33-43.

COSTA, Wellington Narde Navarro da. **Sociologia em “mangas de camisa”:** representação do negro brasileiro nos livros didáticos. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidades, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42. 2001.

DOMINGUES, J. E. **A vida urbana no Brasil, segundo Debret.** 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/vida-urbana-no-brasil-segundo-debret/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. **A redenção de cam.** São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

JÚNIOR, Hermes. A desigualdade expressa num simples jantar do Brasil colonial. **História por Imagem**, out. 2011. Disponível em: <http://historiaporimagem.blogspot.com/2011/10/jean-baptiste-debret-um-jantar.html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; BACKX, Isabela; VIEIRA, Felipe de Paula Góis; ABREU, Marcelo; MARTINI, Alice de; DEL GAUDIO, Eliano Freitas Rogata Soares; COSTA, Cristina. **Identidade em ação - Ciências humanas e sociais aplicadas - indivíduo, sociedade e cultura.** São Paulo: Moderna, 2020.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2016.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (orgs.). **Pós-abolição no sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sagga, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, João Batista Araújo *et al.* **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4. ed. Cidade: Imperial Novo Milênio, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma cidade sensível sob o olhar do “outro”: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816–1831). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, [S.l.], ano IV, v. 4, n. 4, out./dez. 2007.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Fernanda O.; SA, Jardélia R.; GOMES, Luciano C.; ROSA, Marcus V. F.; PERUSATTO, Melina K.; SILVA, Sarah C. A.; SANTOS, Sherol. **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS/EST Edições, 2017.

TODOS pela educação. **Do início ao fim**: população negra tem menos oportunidades educacionais. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/#>. Acesso em: 10 jan. 2023.